



**Em defesa do ensino público, gratuito, laico, vinculado à produção social, para todos, em todos os níveis e sob o controle dos estudantes e trabalhadores!**

**POLÍTICA OPERÁRIA**

# Posição da Corrente Proletária diante da imposição de Doria de retorno às aulas presenciais

**1.** O governador, desde que flexibilizou o isolamento social, início de junho, vem anunciando medidas para o retorno presencial das aulas. Havia uma previsão de retomada em agosto. No entanto, o avanço da pandemia o obrigou a suspendê-lo. Durante o período eleitoral, considerou que não seria favorável ao PSDB tomar essa medida, que vem dividindo os especialistas em saúde. Após o pleito, estabeleceu-se a chamada recuperação para os alunos, que estavam em atraso na entrega de atividades online. No final do ano, ficou evidente que milhares de alunos abandonaram o sistema de ensino remoto. A resposta do governo foi a criação da recuperação em janeiro (que não ocorreu). Assim, impôs a decisão de retorno às aulas, independentemente do estágio da pandemia, para 1º de fevereiro, com previsão de volta dos professores para o planejamento presencial no final de janeiro. Para resolver o problema dos professores, considerados de risco, abriu-se um programa de contratação temporária. Diante do crescimento do contágio, estabeleceu a data de 8 de fevereiro e o retorno de até 35% dos alunos.

**2.** A direção da Apeoesp, que assumiu plenamente o isolamento social, conforme estabelecido por Doria em março, fechou o sindicato e subseções e passou a fazer reuniões online, carreatas e atos simbólicos. Nesses encontros, aprovaram-se: 1) o não retorno às aulas, enquanto o professorado não fosse vacinado; 2) recorrer à Justiça contra a decisão do governador; 3) decretar a “greve sanitária”. Abriu-se, assim, um jogo de braço no tribunal de justiça, ora favorecendo a Apeoesp, ora o governador. Enquanto isso, o professorado ficou à mercê dessa disputa judicial. A parcela de professores contratados, que está sem aulas remotas, necessita retomar as aulas para que possam assegurar o emprego e o salário. A outra parcela, principalmente os efetivos e os da categoria F, que têm aulas atribuídas, que estão fazendo as aulas remotas e recebendo os salários, considera mais prudente per-

manecer em casa. Como se vê, criou-se mais uma divisão, entre tantas, no meio dos professores.

**3.** O fato concreto é que estamos diante de duas crises combinadas: a pandêmica e econômica. O isolamento social fracassou. O transporte coletivo há muito está superlotado. A quase totalidade dos trabalhadores está trabalhando. Houve um crescimento assustador de desemprego e subemprego. E o professorado permanece em isolamento social, embora seus familiares estejam no trabalho ou procurando uma vaga. Criou-se uma separação entre os que estão na labuta diária, apesar da pandemia, e os que são protegidos pelo Estado (considerados de riscos ou não).

**4.** Os longos meses de escolas fechadas acabaram provocando vozes da própria burguesia e da pequena burguesia em favor do retorno às aulas. Utilizam para isso os exemplos de outros países que mantiveram as escolas abertas. Recentemente, se apoiam no relatório do Banco Mundial, um organismo do imperialismo, que mostrou os prejuízos de aprendizagem do ensino virtual e as consequências psíquicas, que recaem sobre as crianças e jovens. Sem deixar de dizer, certamente, sobre a necessidade de garantir a segurança sanitária das escolas. Por outro lado, as direções sindicais se apoiam no dado concreto de que as escolas não têm condições materiais para o retorno das aulas presenciais, sequer de uma parcela de estudantes. O problema está em que o professorado está à mercê dessas vozes. Isolado em suas casas e sobre o impacto do avanço da pandemia, ficou mais frágil e temeroso. Uma parcela tende a seguir a orientação do sindicato e outra, previda pelas necessidades materiais, está obrigada a retornar às escolas.

**5.** Diante desse impasse, só há um caminho que permite a unidade dos professores e uma ação coletiva. Para isso, é preciso que a direção da Apeoesp convoque uma assembleia presencial e trabalhe para que seja representativa. Só coletivamente os professores

poderão decidir sobre a imposição de Doria. Caso decida pelo não retorno e aprove a greve, é preciso ações presenciais de enfrentamento à medida governamental. A assembleia regionalizada e online em favor da “greve sanitária” não passará de um boicote à decisão de Doria, que será feito por uma vanguarda. Dependendo da situação política e dos interesses particulares, Doria agirá com mais ou menos força para impor sua decisão. A bandeira de volta somente com a vacinação dos professores já nasceu morta, haja vista a guerra que se armou entre os laboratórios e governos.

**6.** O grande problema, no entanto, se encontra no fato da pandemia continuar descontrolada e a política burguesa do isolamento social ter fracassado. Nessa situação, somente a vacinação universal constituiria uma resposta eficaz. A direção da Apeoesp passou a travar um embate corporativo contra o ex-aliado Doria, no momento que o abandono do isolamento social atingia o professorado. As contradições na política burguesa do isolamento social possibilitaram o retardamento da decisão do governador decidir pela volta às aulas. Nesse momento, a aliança foi rompida não contra a flexibilização geral do isolamento, mas particularmente contra o retorno às aulas. Ficou claro, assim, que a aliança da direção da Apeoesp com Doria se deveu à representatividade sindical corporativa da educação no processo geral do isolamento social. Eis por que os ensaios do governo do estado para a volta às aulas se frustraram, com a oposição do sindicalismo corporativo, que, graças ao temor da pandemia, teve respaldo não só do professorado e pais como também de setores da classe média. Doria já não pode ceder a essas pressões, uma vez que não tem como usar o isolamento social, como fez no início da pandemia, principalmente agora que se iniciou a vacinação. A direção corporativa, então, levantou a bandeira de volta ao trabalho somente depois da vacinação aos professores. E passou a reivindicar prioridade, portanto, acima dos pobres e miseráveis que estão morrendo como moscas. Como se vê, a disputa com Doria já não é contra a quebra do isolamento social na educação, mas em torno à priorização da vacinação. Essa direção sabota a bandeira de vacinação universal, a começar pelos pobres e miseráveis, pelos bairros operários, favelas e cortiços. E reforça a diretriz governamental de estabelecer um calendário que deixa por último os chamados mais “vulneráveis”. Essa conduta política explica porque os burocratas da Apeoesp – seguindo a burocracia sindical como um todo – não organiza um movimento das massas pela vacinação universal, e ficam rosnando junto aos governantes para que coloquem na escala de prioridade os seus “representados”. Por cima da classe operária e demais explorados, se trava uma guerra das vacinas pelos monopólios e pelas potências imperialistas. Os sindicatos e centrais não se dispõem a denunciar os laboratórios e os governos burgueses e a organizar um movimento independente contraposto ao cabo de

guerra montado pelos poderosos capitalistas.

**7.** A burocracia sindical, por ser uma casta, desvincula a educação e o trabalho dos professores das demais atividades econômicas. Não lhe custa desvincular o problema da contaminação na atividade escolar das atividades fabris, comerciais e serviços. Quer fazer crer que é possível a proteção dos trabalhadores em educação à margem da proteção do conjunto das massas trabalhadoras. Essa ilusão, que se despertou entre os professores, resulta em enfraquecimento da luta dos explorados nas condições de acelerada crise econômica e social. O país está mergulhado não apenas na pandemia, mas também no desemprego em massa. A Ford acabou de ser fechada e não houve uma só iniciativa para unir todos os sindicatos para sair às ruas contra o fechamento de fábricas e em defesa dos empregos. Esse embate, no entanto, é o único caminho para vincular as bandeiras da saúde pública, que inclui a luta contra os monopólios farmacêuticos e a rede privada hospitalar, com as bandeiras de emprego, salário e fim das contrarreformas de Temer e Bolsonaro. Seria um grande feito e educação política, se os professores se mobilizassem em defesa da vida de todos os explorados e não permanecessem enclausurados como se estivessem de fato se protegendo da pandemia na torre de marfim. A burocracia se apoiou no atraso da consciência de classe e no temor para realizar sua política corporativa por meio de protestos, reuniões e assembleias virtuais. Apoiou-se na individualização e fragmentação dos professores, para não convocar assembleias presenciais, que eram o único canal capaz de coletivizar a resistência e compreender a situação geral da crise econômica, social e política. A vanguarda com consciência de classe deve rechaçar de conjunto essa política corporativa e submissa às instituições da burguesia. A Corrente Proletária na Educação, desde o início da pandemia, defendeu uma resposta da Apeoesp como parte da resposta geral dos explorados, contra a política burguesa do isolamento social, em defesa de um plano de reivindicações comum da maioria oprimida.

**8.** O governador Doria passou à ofensiva, no momento em que marcou o retorno às aulas e derrubou a liminar da Apeoesp. A pressão de parte da burguesia e dos proprietários de escolas sobre o governo do estado de São Paulo é mais efetiva, com o início da vacinação. O que quer dizer que Doria vai utilizar a divisão entre os professores que têm aulas e os que necessitam do trabalho. Qualquer que seja a decisão virtual será favorável às manobras do governo. Isso por que somente um movimento unitário dos professores, sua coesão consciente em torno a bandeiras claras, como a vacinação universal, emprego a todos, fim do fechamento de fábricas, redução da jornada sem reduzir os salários, abertura de salas e turnos, redução do número de alunos por sala, reverterá o corporativismo, o individualismo e isolacionismo a que os professores foram politicamente submetidos.